



ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA POLITÉCNICA

BOLETIM OFICIAL

Rio de Janeiro, Set/Out/1986 - Ano XXV - Nº 94

A PRESERVAÇÃO DO PRÉDIO-MONUMENTO DO LARGO DE SÃO FRANCISCO, EM TRÊS OPORTUNIDADES

PRIMEIRA

Em 15 de janeiro deste ano, fazendo parte da Mesa dos Trabalhos da Sessão Solene da Congregação da Escola de Engenharia da UFRJ, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Horácio Macedo, por seu convite, fomos honrados com a concessão que nos foi feita para que usássemos da palavra.

Nessa Sessão tomou posse o novo Diretor dessa Escola, Professor Antonio Claudio Gómez de Souza, filho do nosso colega da Turma de 1933, da velha Escola Politécnica.

Nessa ocasião proferimos o seguinte discurso:

"Exmo. Sr.

Professor HORÁCIO MACEDO, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que nos honra com a presidência desta Sessão Solene, quando toma posse como Diretor da Escola de Engenharia, o Professor ANTONIO CLAUDIO GÓMEZ DE SOUZA.

Exmos. Srs. Membros da Mesa Diretora dos Trabalhos.

Minhas Senhoras.

Meus Senhoras.

Quem falará pela A³P - Associação dos Antigos Alunos da Politécnica - não sou eu, e sim o Professor desta Casa, LEIZER LERNER, que foi um dos grandes Presidentes dessa Associação, justamente numa fase em que houve uma certa descrença motivada pela alteração da designação de nossa Escola, quando deixou de ser POLITÉCNICA, assim conhecida havia tantos anos. Em seu lugar surgiram duas novas designações: ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA e, atualmente, ESCOLA DE ENGENHARIA, gerando a dúvida dos atuais alunos em pertencerem à nossa A³P, em face dessa alteração.

LEIZER LERNER, porém, enfrentou essa situação e conseguiu reerguê-la,

satisfazendo-nos de tal forma, que é hoje, o Presidente de Honra da A³P, pelo nosso voto unânime.

Também, por ser o nosso representante na Congregação desta Escola, é a pessoa mais indicada para saudar o novo Diretor.

Desejo, no entanto, agradecer a gentileza do Magnífico Reitor, com este convite para fazer parte da Mesa e, ainda, dando-me a palavra, o que eu não esperava.

Falarei, aproveitando a oportunidade, abordando a satisfação de nossa Turma, por ser o Diretor ora empossado, filho de um colega e companheiro nosso, farei, ainda, referência à situação difícil do diplomado frente à concorrência dos práticos antes da regulamentação da nossa profissão, e não deixarei de dizer algo sobre a situação do prédio do Largo de São Francisco, que pensamos destinar-se somente à área da Engenharia.

Gostaria, assim, de observar que a Turma à qual pertencço, que é a de 1933, daquela vetusta ESCOLA POLITÉCNICA, regozija-se por ver o filho de um componente dessa Turma, o colega ARLINDO FERREIRA DE SOUZA, assumir a Direção desta ESCOLA DE ENGENHARIA, nova denominação daquela querida POLITÉCNICA, a nossa maior aspiração nos tempos de juventude.

Para nós, seus colegas, que nos reunimos todos os anos, por ocasião do aniversário de nossa formatura, é grande essa satisfação ao vermos o jovem ANTONIO CLAUDIO, eleito pelos Professores, Alunos e Funcionários, o que acontece pela primeira vez nas Unidades desta Universidade, empossar-se, hoje, na Direção da Escola na qual se formou o seu progenitor.

Prezado colega ANTONIO CLAUDIO GÓMEZ DE SOUZA.

Aos seus Pais, à Sua Senhora e aos seus filhos, aqui presentes, estendemos esta homenagem que estamos lhe prestando, em nome da Turma de 1933 da gloriosa POLITÉCNICA.

Todos nós que desejávamos estudar Engenharia, só pensávamos no benefício que proporcionaríamos ao BRASIL, porque, indiscutivelmente, é a ENGENHARIA que comanda o progresso do País.

Nós colamos grau aos 17 de novembro de 1933, estamos, portanto, neste, ano, comemorando 53 anos de formatura.

Está aqui presente, o nosso colega de Turma, GILBERTO CANEDO DE MAGALHÃES, Professor desta Escola que concordará comigo, nesta manifestação, vendo o filho de um colega e amigo nosso, alcançar este mais alto posto de nosso primeiro estabelecimento de ensino de Engenharia Civil e, ainda, estamos hoje aqui, tanto tempo passado do início de nossa profissão.

Não podemos deixar de lembrar as dificuldades surgidas naquela época

porque não havia nenhuma lei que amparasse nossa atividade profissional. A grande concorrência que enfrentávamos era por parte dos construtores não diplomados, e a fonte de emprego do Engenheiro era a construção civil que estava nas mãos de qualquer pessoa, sem Curso nenhum, isso em todo o Brasil. E nós, com título de Escola Superior, enfrentávamos essa concorrência, estando o governo indiferente a isso.

Anos antes, a classe despertou e foi empreendido um grande movimento para que a profissão do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrimensor fosse legalizada.

Os nossos Clubes, Institutos, Sindicatos e Escolas mobilizaram-se e empreenderam árduo trabalho durante cerca de dez anos, objetivando regulamentar a nossa profissão. Tal estudo apresentado ao Governo ficou sujeito ao exame final de uma Comissão nomeada pelo Ministro do Trabalho, em abril de 1933, daí resultando o Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

É preciso acentuar que coube ao Professor ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO, contornar a indecisão do Chefe do Governo Provisório, Senhor Getúlio Vargas, em assinar esse Decreto, pois não queria ele que os não diplomados fossem impedidos de continuar executando o que somente, pelo Decreto que ele assinaria, iria caber aos formados em Engenharia, Arquitetura ou Agrimensura.

Esse Professor que durante mais de vinte e cinco anos presidiu o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura, ao qual pertenci durante quinze anos, contava essas visitas feitas ao Sr. Getúlio Vargas que, em abono de sua preocupação, se referia a famílias existentes no Rio Grande do Sul, famílias importantes cujos Chefes eram grandes construtores que apresentavam um sem número das mais admiradas obras de Engenharia ou de Arquitetura ali construídas.

Explicava-se que o Positivismo, adotado no Rio Grande do Sul, era o responsável pelo que se verificava, pois é um "Sistema filosófico, que se baseia nos fatos e na experiência, e que deriva do conjunto de ciências positivas". Diz-se, ainda, que o Positivismo é o "modo de encarar a vida pelo lado prático".

Pôde, porém, ser o Chefe do Governo Provisório atendido, ao ser introduzido um artigo nesse Decreto, que permitiria aos não diplomados a continuação de seus trabalhos.

Não posso deixar de citar o meu espanto, em 1924, quando se construía a primeira casa da Avenida Paulo de Frontin, poucos dias depois de ser inaugurada essa Avenida. Contratara meu pai um conhecido construtor, na-

tural de Portugal, a conselho do autor do projeto dessa casa, um excelente Arquiteto que projetaria um grande número de residências nessa Avenida. Seria, como foi, a nossa residência durante muitos anos.

Tinha eu quatorze anos de idade e gostava de visitar as obras, pois, era meu desejo desde pequeno, ser engenheiro.

Em uma dessas visitas, lendo o que estava escrito na placa da obra, ou seja, o nome do construtor e logo abaixo, "Architecto-Construtor", fiz-lhe a pergunta:

- "Em que escola o Sr. estudou?"
- "Em nenhuma", disse-me ele.
- "Mas, o que fazia em Portugal? Construía, também? — Voltei a perguntar-lhe.
- "Em Portugal, eu era pastor de ovelhas", respondeu-me.
- "E aquilo que está escrito na placa, debaixo de seu nome: "Architecto-Construtor"?"

Tornei a indagar.

- "Esse título foi a Prefeitura que me deu quando eu requeri licença para construir aqui.", esclareceu-me.

Como se vê, o próprio Governo colaborava contra o profissional habilitado.

Esclareço que, somente após essa concessão permitida pela Comissão que elaborou o ante-projeto, pôde o Decreto nº 23.569, ser assinado pelo Chefe do Governo Provisório, protegidos todos os que vinham executando tarefas no campo da Engenharia, da Arquitetura e da Agrimensura, inclusive funcionários públicos, ocupantes de cargos técnicos, enquanto quisessem.

Somente cometendo erros ou atos desabonadores, perderiam esse direito.

Felizmente para nós, da Turma de 1933, colando grau no dia 17 de novembro, vimos 25 dias depois, em 11 de dezembro, ser regulamentada nossa profissão.

Não posso deixar de mencionar o quanto pôde essa Turma de 1933, contribuir para a melhoria da Engenharia. Com um número considerável de candidatos, ocupamos as 60 vagas oferecidas pelo vestibular, mas, no decorrer do Curso, foi essa turma acrescida de outros companheiros.

Com a criação da Escola Técnica do Exército, houve um convênio da ESCOLA POLITÉCNICA com o Ministério da Guerra, poucos meses depois da vitória da Revolução de 1930, e, logo, surgiram Majores e Capitães que ali cursaram Cadeiras ainda não criadas nessa Escola Técnica do Exército, e,

5
muitos deles matricularam-se em alguns dos Cursos da nossa Escola, que eram os de Engenheiro Civil, Eletricista, Engenheiro Mecânico-Eletricista e Engenheiro Industrial, assim, obtendo, além do Curso Militar, também, uma profissão civil.

Em nossa Turma, concluíram o Curso, oito Oficiais do Exército e dois da Marinha, todos alcançando, no militarismo o posto máximo, ou seja, o Generalato ou o Almirantado.

Em 1932, com a vitória do Governo sobre a Revolução Constitucionalista de São Paulo, foram fechadas, ali, Escolas Superiores, cujos estudantes organizaram batalhões acadêmicos a favor da Revolução.

Alguns deles conseguiram matricular-se em nossa Escola, apesar dos obstáculos opostos pelo Governo, ainda, na fase revolucionária.

Decretos referentes a essas duas Revoluções, de 1930 e 1932, fizeram voltar à Escola, alguns colegas que a haviam deixado e, assim, concluíram o Curso em 1933, 105 colegas.

Se foi um tempo tumultuado, nada, porém, sofreu o nosso estudo, pelo contrário, houve maior compreensão da situação e a prova é que nossa Turma pôde oferecer na fase profissional, um contingente respeitável de Engenheiros competentes. Houve, ainda, colegas que prestaram real serviço no magistério superior, como Catedrático, Docentes-Livres e na Administração Pública e na Política, como um deles, Governador e depois Senador, outros, Prefeitos, Deputados, Secretários de Estado e dirigentes de altos cargos na Administrações Federais, Estaduais, Municipais ou Autárquicas.

No Empresariado houve, ainda, colegas que muito se destacaram.

Quanto ao período estudantil, revelou a Turma, em diversas ocasiões, atitudes dignas de alunos da POLITÉCNICA.

É de ser lembrado que, em 1931, portando, no terceiro ano, um de seus componentes foi eleito o primeiro Presidente do Diretório Central dos Estudantes, quando, em obediência a Decreto Federal, foi reformado o Ensino Superior e legalizada a existência dos Diretórios Acadêmicos.

Assim, foi quebrada uma praxe que só dava esse direito ao estudante quarto-anista, nos Diretórios das Unidades, sendo, então, o Presidente do órgão de cúpula, sempre, um quarto-anista.

Isso demonstra o reconhecimento dos Diretórios das Unidades Universitárias pelos alunos da Politécnica, à frente, sempre, das mais justas reivindicações, em prol da melhoria do ensino.

Vê-se, desse modo, quanto foi aproveitável essa vida acadêmica, que nos irmana até o dia de hoje, graças a Deus.

Assim, deixo em todos a certeza de que o Diretor que agora se empossa nesta Escola, além de tudo, filho de um companheiro dessa Turma, portanto, preparado nessa forma de entendimento que nós todos mantemos até o dia de hoje.

Não fosse isto, também, natural da terra gaúcha, cujo povo tem dado exemplos de amor à nossa Pátria, em um Estado que poderia, por sua situação geográfica, aspirar a uma posição de independência, ainda mais que a base do seu desenvolvimento se firmou na propriedade rural, com a proveitosa criação de gado. É preciso, também, que se avalie o grau de compreensão de seu povo pelo surgimento de uma "aristocracia de família", caracterizando esses dois aspectos - e econômico e o social - a perfeita formação da Província do Rio Grande do Sul.

Na qualidade de Presidente da Associação dos Antigos Alunos da Politécnica, que, por concessão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é mantida no seu antigo prédio do Largo de São Francisco, onde está instalada desde sua fundação, em 1932, quero crer que teremos o auxílio deste novo Diretor, para que possamos realizar o desejo de toda a Classe dos Engenheiros, vendo ali instalados serviços que digam respeito somente à Engenharia.

Serão Cursos de Pós-Graduação "latu sensu", que não concorram com aqueles que forem ministrados aqui na Cidade Universitária.

Aproveitaríamos o ponto central - o Largo de São Francisco - para estabelecermos a ocupação desses Cursos, pela manhã, à tarde e à noite, possibilitando, assim, uma mais ampla escolha de horários por parte dos interessados.

Seria, também, ali instalado o Museu da Engenharia, além da Biblioteca que aspiramos venha a ser a mais completa, com aquisição de obras pertencentes aos Professores e demais profissionais da Engenharia, por propostas feitas, quando falecidos, aos seus herdeiros, conforme idéia que tive e vi vitoriosa na Congregação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, à qual pertencia.

A dispersão de verdadeiras preciosidades tem ocorrido e, em muitos casos, a destruição de obras de alto valor.

Não há muito tempo, os jornais noticiaram a venda de uma biblioteca inteira a uma fábrica de papel.

Não posso deixar de assinalar o trabalho que tem tido os Professores MARIO BARATA com seu livro "Escola Politécnica do Largo de São Francisco - Berço da Engenharia Brasileira" e PAULO PARDAL, com o livro: "BRASIL, 1792: Início do Ensino da Engenharia Civil e da Escola de Engenharia da UFRJ".

Refiro-me, ainda, ao Professor DONATO DE MELLO JUNIOR, que em artigos publicados na Revista da Cultura, do Pará, intitulados "A Catedral que o Rio de Janeiro não chegou a ter", descobriu a planta da Sé Nova que seria construída, mas, interrompida, já com as paredes levantadas. As obras feitas foram, porém, aproveitadas para ser ali o local da primeira Escola de Engenharia Civil do Brasil.

Não posso, também, deixar de registrar a proposta aprovada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção, por ocasião do 19 Congresso Brasileiro da Indústria da Construção, feita ao então Ministro da Educação, Dr. MARCO MACIEL, para "que o histórico prédio do Largo de São Francisco seja restaurado e definitivamente destinado à preservação da memória do ensino técnico e superior do Brasil, especialmente, o da engenharia, sob administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro; que sejam realizados as instalações necessárias ao funcionamento do museu, biblioteca histórica, salas de exposição, de cursos de extensão e de pós-graduação, de forma a garantir a plena utilização cultural do prédio".

Quero crer que teríamos, ainda, a ajuda do Ministério da Cultura por auxílio da Fundação Pró-Memória e, também, do Ministério da Ciência e Tecnologia, quanto ao Museu da Engenharia.

O que deseja a A³P é que esse prédio que foi doado com mais 11, em um só Decreto, à Universidade Federal do Rio de Janeiro, para ser alienado e o produto empregado na Cidade Universitária, se for dedicado somente à Engenharia, garantirá à Universidade uma receita que muito a auxiliará, pois será utilizado pela manhã, à tarde e à noite, possibilitando a existência de Cursos de pós-graduação "lato sensu", hoje muito procurados e, também, rendosos.

A A³P poderá, por contrato com a Universidade, uma vez que está sediada nela, auxiliá-la na administração, no que lhe couber.

E, terminando, nossos votos e a certeza de que o jovem Professor ANTONIO CLAUDIO GÓMEZ DE SOUZA, realizará uma perfeita administração nesta Escola, quando tudo reverterá em sucesso e grandeza para a nossa Engenharia, possibilitando aos que aqui buscarem seus ensinamentos, convertê-los, para honra nossa, em garantia de um Brasil mais técnico, portanto, mais poderoso, com o aproveitamento dessa Natureza, obra de Deus, para desafio do Homem, o que será indiscutivelmente, correspondido pelos Engenheiros aqui diplomados".

x

SEGUNDA

Em 5 de setembro do corrente ano, apresentamos a seguinte Comunicação no "Primeiro Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia":

Local: Museu de Astronomia.

Data: 2 a 5 de setembro de 1986.

Comunicação: Preservação do prédio da antiga Escola Politécnica como Espaço-Memória do ensino de Ciência e de Tecnologia.

Plano: Restaurar o prédio e destiná-lo, definitivamente, "à preservação da memória do ensino técnico e superior no Brasil, especialmente, o da engenharia, sob a administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro."

Instalação:

- 01 - Museu
- 02 - Biblioteca Histórica
- 03 - Exposições permanentes e periódicas.
- 04 - Cursos de pós-graduação "lato sensu".
- 05 - Auditório com palco, vídeo e tela para projeções cinematográficas.

Colaboração:

- 01 - Ministério da Educação, quanto aos Cursos de pós-graduação "lato sensu".
- 02 - Ministério da Cultura, especialmente no campo da "Fundação Pró-Memória."
- 03 - Ministério da Ciência e Tecnologia, quanto ao Museu.
- 04 - Associação dos Antigos Alunos da Politécnica, especialmente no que concerne à administração.
- 05 - Escolas de Engenharia, especialmente a Escola de Engenharia da UFRJ,
- 06 - Entidades de Engenharia, especialmente o Clube de Engenharia, quanto à defesa da profissão.

Administração:

Uma Comissão composta de representantes das entidades colaboradores administrará o prédio, cabendo a presidência dessa Comissão, à Universidade Federal do Rio de Janeiro que é a proprietária desse imóvel.

— x —

TERCEIRA

No último dia desse Seminário - dia 5 de setembro - foi apresentado, assinado pelo Diretor Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, Diretor do Museu de Astronomia/CNPq,^o documento abaixo, que foi aprovado pelos presentes e que será levado a todas as Entidades de Engenharia para o respectivo conhecimento e possível adesão:

"MANIFESTO EM PROL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA BRASILEIRAS

CONSIDERANDO:

- que o antigo prédio da Escola Politécnica, no largo de S. Francisco,

Rio de Janeiro, foi o primeiro construído no Brasil para abrigar uma escola superior, a Academia Real Militar, em 1812;

- que naquele prédio tiveram sede outras instituições de relevo na vida do país — Escolas Militar, Central, Politécnica, Nacional de Engenharia e Escola de Engenharia da UFRJ — onde se formaram expoentes da nossa nacionalidade, como o duque de Caxias e o marechal Deodoro, foram diretores o visconde do Rio Branco e Paulo de Frontin, e exerceram a cátedra vultos eminentes, como Benjamin Constant e André Rebouças;
- que ali ocorreu nosso estudo de ciências e tecnologia no século XIX, inclusive com as primeiras realizações públicas, dentre outras, de iluminação — a gás e eletricidade —, de transmissão telegráfica e de chapas de radiografia;
- que em suas salas nasceram e abrigaram-se várias entidades, como a Academia Brasileira de Ciências, e mostras, como a importante I Exposição Nacional, em 1861;

OS MEMBROS DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS que abaixo assinam, julgam que o país deve um tributo de reverência às instituições e personalidades que frequentaram o referido prédio, considerado o Berço da Engenharia Brasileira, e estimam ser imprescindível a nossos foros de cultura sua recuperação e definitiva destinação como espaço-memória do nosso ensino de ciências e de engenharia, a tempo de ser ali condignamente comemorado, em 1992, o bicentenário da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a primeira escola de engenharia das Américas.

Rio de Janeiro, setembro de 1986

Ronaldo Rogério de Freitas Mourão

Diretor do Museu de Astronomia/CNPq"

— x —

Fizemos a defesa, detalhando cada item dessa Comunicação.

Após essa dissertação, ficamos à disposição dos colegas que nos honraram com valiosas apreciações.

Em um debate que contribuiu, pela palavra de profissionais de todo o Brasil, ali presentes, para que reconhecessemos ser legítimo o caminho que está seguindo a A³P na defesa do prédio do Largo de São Francisco.

Foi, assim, mais uma vez atestado o que representa ele no desenvolvimento da Engenharia em nosso País, e o que sempre há de representar.

Durval Lobo

Presidente da A³P

TRIBUNA LIVRE

Essa seção ficará a disposição dos associados da A³P para opinarem sobre os mais variados assuntos da atualidade. Nesse número transcrevemos trechos de uma entrevista do Eng^o Ivan da Costa Marques, até pouco tempo presidente da EBC — Empresa Brasileira de Computadores — e, agora Presidente da Cobra Computadores, e ele mesmo um dos formuladores da reserva de mercado para a indústria nacional, concedida ao "Rio Infoshopping Jornal":

"A reserva de mercado deve ser o instrumento que propicie recursos financeiros à real capacitação tecnológica do país. Não se afastando desta premissa, a reserva de mercado é inteiramente compatível com os objetivos de reforma social, de redistribuição de renda no país e também de reforma da máquina administrativa do governo.

A capacitação tecnológica pode ser enunciada como uma alteração na posição em que o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho. Tradicionalmente, o Brasil é, na divisão internacional do trabalho, um aportador de mão de obra não qualificada. Mas, para que se possa redistribuir renda, internamente, é preciso que a economia cresça, e na direção de uma estrutura de empregos que contemple maior número de salários altos — o que, na cultura vigente, significa o emprego qualificado.

A questão do emprego normalmente não fica muito clara quando se

fala em domínio da tecnologia. Mas o fato é que, quando se faz projeto de um produto no Brasil, nós não ganhamos apenas os empregos diretamente envolvidos neste projeto. Nós vamos precisar, por exemplo, de profissionais de marketing altamente qualificados, porque ninguém pensou antes em como vender este produto; e quando se pensa na fabricação, o mesmo raciocínio se aplica: nós vamos ter que pensar numa linha de montagem, o que é diferente de trazer um produto de fora, com todas as informações sobre a sua produção ou mesmo o lay-out de uma fábrica já pronto.

O próprio planejamento da empresa passa a exigir mais, porque toda a estrutura empresarial vem atrás dos produtos que uma determinada indústria oferece.

Eu quero chamar atenção para a realidade de que a capacitação tecnológica é ponto de partida para uma estrutura de empregos qualificados, que pode viabilizar uma política de redistribuição de renda sua-ve, se houver, ao mesmo tempo, um crescimento de economia. Porque, se não se aumentar a riqueza, dificilmente se redistribuirá a renda a não ser pela distribuição de ativos, de propriedades.

Uma política de capacitação tecnológica viabiliza a modificação da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho no sentido de que mais coisas usadas aqui passam a corresponder ao resultado de em-

empregos oferecidos aqui, de trabalho feito aqui. Isso progressivamente nos afastará da posição de usar coisas projetadas fora, remunerando, portanto, empregos qualificados que estão fora do Brasil. E na medida em que estes empregos existam aqui nós estamos numa posição melhor para redistribuir a renda.

Se partimos do princípio de que são finitos os bens produzidos pela humanidade, é fácil concluir que, tal como índio que troca um cocar que ele levou dias para fazer por um espelho produzido em série, nós pagamos com mais tempo de trabalho pelos sofisticados produzidos fora. Porque o trabalho não qualificado é pior remunerado.

Então, a proposta é a seguinte: se o trabalho que vem de fora custa tão caro para nós, por que não optar por usar menos esse trabalho? Ou seja, optar por comprar menos fora, fazer mais aqui, com o nosso trabalho — que é mais barato, e que coloca a nossa produção mais ao alcance da nossa própria população.

Não é o processo que muda. É a sensibilidade. Os governos militares, que criaram a política de informática, eram mais sensíveis à questão da segurança nacional do que à do emprego. E é correto, é verdadeiro dizer que a tecnologia — a informática sobretudo, como instrumento de modernização de praticamente todos os setores neste final de século — é vital para a segurança nacional. E fazer tecnologia com este objetivo não altera também o fato de que, para dominá-la, fatalmente

se devem criar mais empregos especializados. O que muda, agora, são os pontos de ênfase no discurso sobre a capacitação tecnológica.

Vejo três operações que devem ser realizadas para que se recupere o caminho da capacitação tecnológica, no sentido de nós termos o conhecimento, os empregos qualificados.

Em primeiro lugar é preciso ter uma estratégia de resposta aos acontecimentos do mercado internacional: em segundo lugar, é preciso que o governo acompanhe, nas empresas, os planos de nacionalização de produtos; e, finalmente, não se pode permitir a vinculação permanente entre as empresas brasileiras e empresas estrangeiras fornecedoras de tecnologia, mesmo que não haja vínculo em nível de associação, de capital.

Nós temos uma reserva de mercado que torna o ambiente interno diferente do externo, inclusive quanto aos tempos. Os tempos de desenvolvimento aqui são diferentes, como são os ciclos de um produto. Mas nós estamos reagindo caso a caso aos lançamentos de produtos no mercado externo. Nós estamos jogando sem uma estratégia, e quem joga sem estratégia perde.

Por exemplo, nós tínhamos os micros de oito bits. As indústrias investiram, e os indivíduos, os técnicos, investiram nesse conhecimento. Em função do lançamento dos micros de 16 bits no mercado internacional, toda a indústria brasileira correu atrás. Nós precocemente obso-

letamos nossos investimentos, obsoletamos nossos técnicos - que pararam para se reciclar, porque o investimento que fizeram, o conhecimento que adquiriram, deixou de ter valor de mercado em função de uma moda, de uma modernização que veio de fora.

Num ambiente como o nosso, é precioso o tempo de um técnico. E o tempo em que se recicla não é produtivo; quando ele tem que ser re-treinado, nós estamos desperdiçando um fator escasso em função de uma variável exógena.

E nós poderíamos ter uma estratégia. Nós sabemos, por exemplo, que o micro de 16 bits é uma passagem para 32 bits. Nós poderíamos ter optado por ficar com o de oito bits por um determinado número de anos, preparando-nos para o que quiséssemos fazer depois, a partir de uma definição nossa quanto aos rumos que queremos tomar.

Correndo atrás dos lançamentos internacionais, nós não vamos completar toda a curva de aprendizado de um determinado produto, todo o ciclo desse produto de modo que todos os investimentos sejam amortizados e que a indústria brasileira realmente saiba como produzi-lo.

Isto é fundamental no que diz respeito a custo e a preço. Se não cumprirmos o ciclo de cada produto, o custo da produção será sempre alto, e, por conseguinte, também será alto seu preço no mercado.

Em primeiro lugar, a obsolescência, no Brasil, é muito relativa.

Nós temos produtos atualizados. Os nossos carros estão atrasados em dois ou três anos em relação aos produzidos nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. E isto agora. Quando a indústria automobilística se implementou aqui, a defasagem era muito maior. Eles já tinham tirado, lá, o sumo do bagaço desses produtos, e vieram espremer mais aqui.

E mesmo quando não há atualização envolvida, os produtos das multinacionais não são os mesmos aqui. Nós não comemos o mesmo chocolate que a mesma multinacional fabrica na Suíça.

De modo que exigir da indústria brasileira o último grito em tecnologia, quando as próprias multinacionais não fazem isto, é um argumento falacioso.

A reserva de mercado existe em troca da capacitação tecnológica. E se não houver um acompanhamento, por parte do governo, dos planos de nacionalização de produtos, nós não teremos os elementos necessários para formar uma estratégia de ação frente ao mercado internacional. Com este acompanhamento nós saberemos exatamente onde estamos - para saber para onde vamos.

A nacionalização é importante, também, para que se baixem os custos de produção, criando preços mais baixos para o consumidor.

Para o administrador de qualquer empresa é evidente que é mais barato e mais seguro receber de um parceiro internacional toda a tecnologia, todas as informações sobre um produto. Ele entra mais rápido no

mercado, o marketing já vem pronto e ele já tem elaborados uma série de detalhes como estoques para manutenção e suprimentos.

Mas ele não traz para cá os empregos. Traz os produtos, remunerando assim os profissionais qualificados que, fora do país trabalham para este produto existir. Se forem permitidas essas ligações permanentes de empresas brasileiras com estrangeiras, a nossa política de informática servirá para criar um punhado de milionários, e só.

Porque é muito mais fácil, muito mais barato para o empresário licenciar do que desenvolver produtos, e neste ponto nós temos que ter regras, porque o interesse social do país, de ter empregos, não coincide com o interesse microeconômico das empresas. Elas têm que desenvolver, têm que dar empregos como decorrên-

cia de uma exigência legal, de uma política.

A Cobra é um instrumento de implementação do modelo adotado pela política de informática.

Se a política for a de sucessivas compras de tecnologia no exterior, perde o sentido a existência de uma empresa como a Cobra.

Voltamos à questão do tempo: quando as outras empresas fazem um acordo no exterior, a Cobra tem que fazer também, para atravessar um período, como este agora por exemplo, a Cobra faz um acordo com a Data General, americana, para produzir aqui os superminis desenvolvidos lá.

Mas na minha opinião não se devem incentivar esses acordos, e, menos ainda, a repetição deles, aí caímos no vício total. E será muito difícil legitimar tal política num processo democrático.

ENGENHO & ARTE

Esse espaço foi aberto, em nosso boletim, para as manifestações da criatividade dos associados da A³P, seus familiares ou amigos engenheiros. Enviem suas colaborações, seja a descrição de um invento, uma poesia, um conto ou mesmo, um desenho. Nós as publicaremos com muito gosto.

Nesse número, trazemos o Eng^o Carlos Alberto Nunes Cosenza que está de volta às suas origens. Após quatro anos no projeto Educom — estudo da informática educativa priorizando as escolas públicas de primeiro e segundo graus — ele retor-

na ao campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E para assumir suas novas funções na Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) — onde, na década de 70, ele se preparou para o pós-doutorado em Cambridge — não foi necessário abdicar de seu cargo de coordenador de projetos do Educom. Pelo contrário, será exatamente esta experiência que Cosenza irá aplicar na UFRJ.

Além de coordenar as pesquisas de metodologia de projetos, ele pretende aplicar seus conhecimentos em

educação para popularizar o trabalho da universidade. Um dos planos mais arrojados de Cosenza na Coppe é a preparação de uma videoteca, incluindo pesquisas, cursos, seminários e palestras feitas no âmbito acadêmico. Este acervo vai ficar à disposição das faculdades do interior e outras instituições culturais brasileiras. "A videoteca proporcionará, por exemplo, que a palestra de um cientista estrangeiro feita num auditório para 50, 60 pessoas sejam assistida por universitários, professores e pesquisadores de todo o País", anima-se Cosenza.

Uma das principais vantagens do projeto da videoteca será divulgar pesquisas vitoriosas, que serão mos-

tradas desde os primórdios e, também, conferir uma dialética ao processo de pesquisa, evitando superposição de trabalho. Quanto à informática, especificamente, Cosenza adianta que ela continuará fundamental, "como sempre foi na Coppe", para orientação de teses. Com isso, as pesquisas em educação servirão como orientadoras de uma feição mais democrática na UFRJ.

Para viabilizar o projeto foi feita uma articulação com o programa "Universidade Viva", da Funteve e já foi rodada a primeira aula, que, consistirá na apresentação das "Superfícies Geométricas", feita pelo Prof. Alcyr Pinheiro Rangel, da Escola de Engenharia da UFRJ.

RESENHA LITERÁRIA

Abrimos esse espaço em nosso boletim para que nossos associados possam comentar os livros de seu interesse.

Caso você tenha lido, recentemente, um livro que lhe agradou e você queira manifestar sua opinião a respeito, escreva-nos. Publicaremos com muito prazer os comentários de nossos leitores.

FILOSOFIA

O PÓS-MODERNO, Jean-François Lyotard
Rio de Janeiro, 1986 José Olympio
Editora, 124 páginas.

Nascido em 1924, Jean-François Lyotard é um ativo contestador dos modismos orquestrados pela mass media, e certamente um dos mais brilhantes de sua geração. Marxista

nos anos 50/60, fez parte do grupo "Socialismo e Barbárie", de Cornelius Castoriadis. Para Lyotard a tarefa principal do filósofo contemporâneo é acelerar a decadência da idéia de verdade, e nesse sentido defende um "nihilismo ativo". Nietzsche está nos horizontes dessas reflexões. Neste livro ele reafirma suas idéias e com o termo pós-moderno pretende designar o conjunto das transformações da produção cultural que marcam o advento das sociedades pós-industriais. Ricardo Barbosa traduziu, e o prefácio é de Wilmar do Valle.

HISTÓRIA

HISTÓRIA DA HISTÓRIA NOVA, Nelson Werneck Sodré, Petrópolis, 1986,

Editora Vozes, 148 páginas.

"Se como é sabido, a História do Brasil está por ser escrita, com maior rigor, e necessidade, está por ser escrita a história do tenebroso período iniciado com o golpe militar de março de 1964, triunfante em 19 de abril. "Esta é a frase de abertura do prefácio de História da História Nova. Neste livro, Nelson Werneck Sodré mostra a montagem do golpe, a campanha tramada contra o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e ainda revela como se implantou o terrorismo cultural, que acabou desencadeando atos contra todas manifestações da cultura brasileira. Já consagrado por suas obras anteriores, Nelson Werneck Sodré nos dá mais uma oportunidade de refletir sobre a nossa própria história.

PSICOTERAPIA

RESIGNIFICANDO, Richard Bandler e John Grinder São Paulo, 1986 Summus Ed. 232 páginas.

Quebrar uma perna pode parecer trágico, mas se isto evitar uma entrada para o exercício em tempos de guerra, muda o significado. Isto é resignificar ou modificar o molde pelo qual uma pessoa percebe um acontecimento. A proposta é denominada Programação Neurolinguística, e segundo seus autores, tem conseguido resultados até no tratamento do alcoolismo e da obesidade. A dupla desenvolveu um processo de resignificação descrito e exemplificado no livro. Vários exemplos são propostos e ao final o leitor

pode entender claramente a aplicação prática do processo. É, sem dúvida, um avanço para a psicoterapia, através da comunicação.

LITERATURA

A ESTRADA DE FLANDRES, Claude Simon Ed. Nova Fronteira 1986 Rio de Janeiro 250 páginas 2ª edição.

Do grupo dos ficcionistas franceses de 1955, Claude Simon foi o maior expoente. O romance para ele é uma matéria extremamente flexível, diluindo noções de tempo, preocupando-se mais com a transmissão do clima do que contar a história em si. Seu estilo prefere a precisão da escrita, indiferentes à elegância formal e repetição de palavras, bem como à sintaxe e pontuação, e torna a narrativa densa e poética, tomando como eixo da frase o particípio presente. A justificativa do Prêmio Nobel dado a ele em 85, foi a seguinte: "Seus romances, ao apresentarem a condição humana, combinaram a criatividade do poeta e do pintor, com uma profunda consciência do tempo". A tradução ficou por conta de Waltenzir Dutra.

INFORMÁTICA

MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, de Maurício Caruzo Reis, editora Petit, 203 páginas, Cz\$ 72,00.

A informática está se democratizando. Pelo menos é o que pensa o autor da terceira edição desse livro, cujo aprimoramento se deu a partir das "muitas críticas e sugestões recebidas, da participação em numerosos debates e, principalmente, da maturação do tema em nosso país."

O livro foi lançado há um ano, quando Maurício, formado em Física pela Universidade de São Paulo, trabalhava para uma oficina de rádio e TV. "Um dia apareceu um usuário desolado perguntando se haveria um modo de consertar o seu micro". Era o impulso que faltava para ele começar a escrever sobre manutenção de equipamentos de informática. "O assunto era praticamente desconhecido do público brasileiro", afirma. Desde então, o livro vem contribuindo para a formação de técnicos em nível médio e superior na área, espe-

cialmente na Escola Técnica Federal, no Rio de Janeiro.

Mineiro, 35 anos, Maurício acumula as mais variadas experiências em seu currículo. Já foi professor de eletrônica na Escola Urubatã, em São Paulo, e técnico de Flow Tech, uma fábrica de instrumentação eletrônica. Sua experiência no setor de informática lhe rendeu até um convite para um debate na televisão, no qual, juntamente com empresários da área, concluiu que a manutenção ainda é um campo cheio de falhas.

E...A TRIPULAÇÃO ?

Seguindo, com o maior entusiasmo, na condução da "nave atrespiana" em seu glorioso destino, através dos mares encapelados do "cruzâgio", tarefa para a qual tem encontrado total apoio do quadro social.

DIRETORIA

Durval Coutinho Lobo - Presidente; Nestor de Oliveira Junior - 1º Vice-Presidente; Paulo José Pardal - 2º Vice-Presidente; Paulô Moreira Pinho Diretor Administrativo; Joaquim D'Almeida - Vice-Diretor Administrativo; Cleofas Paes de Santiago - Diretor Secretário; Sérgio Henrique Sá Leitão Vice-Diretor Secretário; Gerhard Vasco Weiss - Diretor 1º Tesoureiro; Henri Uziel - Diretor 2º Tesoureiro; Marconi Nudelman - Diretor Técnico-Cultural; Octavio Reis de Cantanhede Almeida - Vice-Diretor Técnico-Cultural; Alcina Koenow Pinheiro - Diretor de Cursos e Luiz Carlos de Almeida Diretor Social.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: Attilio Geraldo Vivacqua, José Mariotte de Lima Rebello e Jayme Kritz

SUPLENTE: Afonso Henriques de Brito, Gilda Maria Teixeira Uflacker e João Pacheco Netto

CONSELHO DIRETOR

MEMBROS VITALÍCIOS - *ex-presidente*: Leizer Lerner (Presidente de Honra); Antônio José da Costa Nunes (Sócio Benemérito); Hugo Cardoso da Silva e Nestor de Oliveira Junior; SÓCIO BENEMÉRITO: Hélio Mello de Almeida; SÓCIOS HONORÁRIOS: Marcos Carneiro de Mendonça e Mário Antônio Barata.

CURSOS NA ÁREA DE INFORMÁTICA

Ganhe uma bolsa de estudos no curso de Programação Basic promovido pela A³P em convênio com a Datamicro. Basta fazer uma redação (correspondente até 2 (duas) páginas datilografadas do nosso Boletim) sobre um dos seguintes temas:

"A IMPORTÂNCIA DA INFORMÁTICA NA ATUALIDADE BRASILEIRA"

"O MICROCOMPUTADOR E A EDUCAÇÃO NO BRASIL"

Para concorrer basta ser leitor do Boletim da A³P, escrever sobre um dos temas referidos e enviar para A³P, Associação dos Antigos Alunos da Politécnica, Bolsa de estudos em Informática, Largo de São Francisco Prédio da Antiga Escola de Engenharia S/Nº, Centro, Rio-RJ - CEP 20051.

As redações serão examinadas por uma comissão composta por 3 (três) membros da Diretoria da A³P, cabendo a que fôr considerada melhor a bolsa de estudos para seu autor e a publicação em nosso boletim. O prazo para recebimento dos trabalhos será encerrado improrrogavelmente em 30.11.86.

OS PRÓXIMOS CURSOS PREVISTOS SÃO OS SEGUINTEs:PROGRAMAÇÃO BASIC (36h)

HORÁRIO: 2as e 4as feiras das 18:00h às 20:00h

PERÍODO: Início em 13.10.86 e término em 10.12.86

PREÇO: Cz\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzados)

MICROCOMPUTADORES PARA CRIANÇAS (24h)

FAIXA ETÁRIA: 9 a 14 anos

HORÁRIO: 2as e 4as feiras das 16:00h às 18:00h

PERÍODO: Início em 13.10.86 e término em 19.11.86

PREÇO: Cz\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta cruzados)

INSCRIÇÕES: Associação dos Antigos Alunos da Politécnica
Largo de São Francisco - Centro
Prédio da Antiga Escola de Engenharia
Tel.: 221-2936 -- das 10:00h às 19:00h

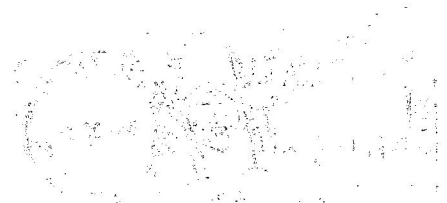
CURSO DE MATERIAIS PARA ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA

(Coordenação da Escola de Engenharia da UFRJ com colaboração da A³P)

Brevemente estaremos iniciando o 3º Curso de Materiais para Engenharia Civil e Arquitetura. Os interessados poderão solicitar informações pelo Tel.: 221-2936 - Associação dos Antigos Alunos da Politécnica.

LIVRO À VENDA

Nossos associados que ainda não adquiriram o livro "Escola Politécnica do Largo de São Francisco - Berço da Engenharia Brasileira", de autoria do Prof. Mário Barata, poderão ainda fazê-lo em nossas Sedes.



BOLETIM OFICIAL de

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA POLITÉCNICA

SEDE ADMINISTRATIVA: Clube de Engenharia - Av. Rio Branco, 124 - 23º andar - Tel.: 222-4598

SEDE SOCIAL: Escola Nacional de Engenharia - Largo de São Francisco - Tel.: 221-2936

Editado sob a responsabilidade da Diretoria - CIRCULAÇÃO INTERNA - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



IMPRESSO

ENG.

57-088-55

LÉO FABIANO BAUR REIS

R. BARÃO DE PIRASSUNUNGA, 32/101

TIJUCA

20.521 - RIO DE JANEIRO-RJ